



Panorama dos Planos de Saneamento Básico dos Municípios da Bacia do Rio Paraíba do Sul e comparação à situação das Bacias PCJ

Rebeca M. Guides*, Mariana R. R. dos Santos.

Resumo

A partir da Política Nacional de Saneamento Básico de 2007, determina-se a obrigatoriedade dos municípios de elaborarem seus Planos Municipais de Saneamento Básico. Nesse trabalho, foram analisados os planos dos municípios da Bacia do Paraíba do Sul - SP e comparados à situação da Bacias PCJ. Identificou-se a Falta de propostas não convencionais para a sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento.

Palavras-chave:

Política Nacional de Saneamento Básico, planejamento municipal, gestão de recursos hídricos.

Introdução

A partir da Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB - (Lei Federal 11.445/2007) se instaura uma nova etapa no saneamento brasileiro. Além de abastecimento e esgotamento, a limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais são adicionados ao conceito de serviço público de saneamento e aos municípios é delegada a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB¹. Dada as recentes crises hídricas, sobretudo, a ocorrida na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) nos anos de 2014/15, demonstra-se a urgência do planejamento estratégico em relação a tudo que apresenta impactos sobre os recursos hídricos

Nesse contexto, foi estabelecido o panorama situacional dos PMSB da bacia Paraíba do Sul em seu trecho paulista. Esse foi comparado ao estudo elaborado sobre os planos municipais inseridos nas bacias PCJ². Desse modo, têm-se por objetivos específicos:

- Analisar a inclusão dos quatro serviços públicos de saneamento nos PMSB para o meio urbano e rural;
- Realizar uma discussão preliminar relacionando PMSB e gestão de recursos hídricos no que tange, especialmente, ao abastecimento da RMSP.

Resultados e Discussão

Mediante levantamento bibliográfico e documental, os planos dos 35 municípios que constituem a bacia Paraíba do Sul – SP se apresentam elaborados e disponíveis para acesso. Apenas os planos das cidades de Arujá e São José dos Campos, não foram elaborados dentro do “Programa de Apoio Técnico à Elaboração dos PMSB” fomentado pela Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos.

Todos os planos apresentam medidas propositivas para o **MEIO URBANO** em relação aos quatro serviços públicos de saneamento. Exceto o plano de Arujá que apenas aborda saneamento e esgotamento. As principais medidas elencadas foram: tratamento do lodo e ampliação de ETAs; expansão da rede coletora de esgoto e implantação de ETEs. Em relação a limpeza

pública e manejo de resíduos sólidos, os planos apresentam propostas de instalações de cestos públicos e planos de alocação dos resíduos. As medidas propostas sobre o manejo de águas pluviais consistem em elaboração de estudos para adequação da microdrenagem e em outros cadastramentos de estruturas.

Em relação ao **MEIO RURAL**, 54,2% dos PMSB apresentam medidas propositivas que estão relacionadas à aperfeiçoamento de estruturas de abastecimento e expansão da rede de coleta de esgoto. Dentre os que apenas descrevem o meio – 40% - está Paraíba, com apenas 30% de urbanização, não propôs medidas para seu meio rural. Apenas o município de Santa Branca (88% de urbanização) não relatou a situação corrente do meio rural e nem propôs medidas.

Comparando tais dados com a análise realizada por Santos e Santos (2018), têm-se que, apesar da diferença em número de municípios constituintes das bacias, a realidade é similar: o meio rural apresenta carência de medidas propositivas e as medidas propostas pouco fogem das convencionais.

Conclusões

Cerca de 94,2% dos PMSB apresentaram padronização estrutural por serem elaborados dentro do “Programa de Apoio Técnico à Elaboração dos PMSB”. Apesar disso, todos descreveram devidamente as peculiaridade locais ainda que nem todos apresentem medidas de remediação para as situações descritas.

Desse modo, sendo ambas as regiões analisadas – Bacia do Paraíba do Sul trecho paulista e Bacias PCJ - de grande importância industrial, setor de alto consumo hídrico, e frente aos novos desafios ditados pela escassez hídrica tem-se que os planos carecem de medidas inovadoras para a otimização e sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento sobretudo para o meio rural.

¹ Brasil. vol. 1. *Min. das Cidades*. 2009.